



## Finanças Públicas

### Política orçamentária, fiscal e tributária

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 (Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013) estipulou que a elaboração e execução do orçamento do Governo Central fossem compatíveis com meta de *superavit* primário de R\$116,1 bilhões, consistente com *superavit* de R\$167,4 bilhões para o setor público não financeiro. A Lei permitiu, ainda, que a meta fosse reduzida em até R\$67 bilhões, referentes a despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e às desonerações de tributos.

A Lei Orçamentária Anual de 2014 foi elaborada prevendo *superavit* de R\$58,1 bilhões, o que pressupunha abatimento de R\$58 bilhões na meta inicialmente prevista na LDO. No último relatório de reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Central, divulgado em novembro, a previsão do *superavit* primário do ano foi reduzida para R\$10,1 bilhões, compatível com abatimento de R\$106 bilhões na meta inicialmente prevista. A elevação desse limite de abatimento foi formalizada pela Lei nº 13.053, de 15 de dezembro de 2014.

O Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 84, de 2 de dezembro de 2014, que elevou o percentual de destinação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao Fundo de Participação dos Municípios. O aumento, de 23,5% para 24,5%, foi escalonado em duas parcelas anuais de 0,5 p.p. O ganho anual de receitas, em benefício dos municípios, foi estimado em R\$1,8 bilhão.

O legislativo também aprovou duas Leis Complementares que alteraram a legislação referente ao regime de tributação simplificado e à dívida dos estados e municípios. A Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, universalizou o acesso do setor de serviços ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), beneficiando 142 novas atividades profissionais. A Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, assegurou a substituição do indexador dos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Aos contratos serão aplicados os seguintes encargos, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2013, limitados à taxa referencial Selic para os títulos federais:

a) juros calculados e debitados mensalmente, à taxa nominal de 4,0% a.a. sobre o saldo devedor previamente atualizado; e b) atualização monetária calculada mensalmente com base na variação do IPCA.

O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que restabeleceu, em caráter permanente, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). A lei também tornou definitiva, para 56 segmentos da economia, a substituição das contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos, pela incidente sobre a receita bruta. Pela Lei nº 12.546, de 2011, essa desoneração tributária deveria permanecer em vigor até 31 de dezembro de 2014.

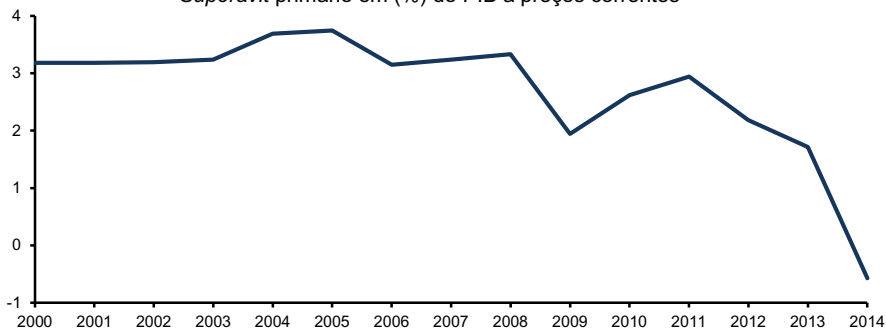
Com o objetivo de impulsionar os setores moveleiro e de automóveis, foram editados os Decretos nº 8.279 e nº 8.280, de 30 de junho, que mantiveram inalteradas, até 31 de dezembro de 2014, as alíquotas do IPI incidentes sobre móveis, painéis, reinvestimentos de móveis, luminárias e veículos.

Adicionalmente, as Medidas Provisórias nº 664 e 665, de 30 de dezembro de 2014, instituíram, respectivamente, regras mais rígidas para a concessão de benefícios previdenciários (pensão por morte e auxílio-doença); e para a concessão dos benefícios do seguro desemprego, do abono salarial e do seguro-desemprego para o pescador profissional artesanal (seguro defeso). A economia associada a estas medidas foi estimada em R\$18 bilhões/ano.

## Necessidades de financiamento do setor público

O setor público registrou *deficit* primário de R\$32,5 bilhões em 2014 (0,57% do PIB), ante superávit de R\$91,3 bilhões em 2013 (1,72% do PIB), primeiro resultado negativo da série anual iniciada em 2002. Ocorreram *deficits* nas esferas do Governo Central (0,36% do PIB), dos governos regionais (0,14% do PIB) e das empresas estatais (0,08% do PIB).

Gráfico 4.1  
**Necessidades de financiamento do setor público**  
Superávit primário em (%) do PIB a preços correntes



#### Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2012		2013		2014	
	R\$ milhões	% do PIB <sup>1/</sup>	R\$ milhões	% do PIB <sup>1/</sup>	R\$ milhões	% do PIB <sup>1/</sup>
Nominal	108 912	2,3	157 550	3,0	343 916	6,0
Governo Central <sup>2/</sup>	61 182	1,3	110 555	2,1	271 542	4,8
Governos estaduais	34 279	0,7	36 557	0,7	59 714	1,0
Governos municipais	8 075	0,2	7 420	0,1	4 982	0,1
Empresas estatais	5 376	0,1	3 018	0,1	7 679	0,1
Primário	-104 951	-2,2	-91 306	-1,7	32 536	0,6
Governo Central <sup>2/</sup>	-86 086	-1,8	-75 291	-1,4	20 472	0,4
Governos estaduais	-18 776	-0,4	-12 961	-0,2	13 246	0,2
Governos municipais	-2 735	-0,1	-3 376	-0,1	-5 455	-0,1
Empresas estatais	2 645	0,1	322	0,0	4 274	0,1
Juros nominais	213 863	4,4	248 856	4,7	311 380	5,5
Governo Central <sup>2/</sup>	147 268	3,1	185 846	3,5	251 070	4,4
Governos estaduais	53 055	1,1	49 518	0,9	46 468	0,8
Governos municipais	10 810	0,2	10 796	0,2	10 437	0,2
Empresas estatais	2 730	0,1	2 696	0,1	3 405	0,1

1/ Preços correntes.

2/ Governo federal, Banco Central e INSS.

#### Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

Discriminação	R\$ milhões			Variação %	
	2012 (a)	2013 (b)	2014 (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	1 062 206	1 181 095	1 224 032	11,2	3,6
Tesouro Nacional	783 439	871 154	883 277	11,2	1,4
Receita bruta	802 831	894 674	906 159	11,4	1,3
Restituições (-)	19 391	23 520	22 883	21,3	-2,7
Previdência Social	275 765	307 147	337 503	11,4	9,9
Banco Central	3 002	2 795	3 252	-6,9	16,4
Transferências a estados e municípios	181 377	189 986	210 165	4,7	10,6
Receita líquida total	880 830	991 109	1 013 867	12,5	2,3
Despesa total	804 967	914 115	1 031 086	13,6	12,8
Tesouro Nacional	484 623	552 999	633 518	14,1	14,6
Previdência Social	316 590	357 003	394 201	12,8	10,4
Banco Central	3 755	4 113	3 367	9,5	-18,1
Fundo Soberano do Brasil <sup>1/</sup>	12 400	0	0	-100,0	-
Resultado do Governo Central <sup>2/</sup>	88 263	76 994	-17 219	-12,8	-122,4
Tesouro Nacional	129 840	128 168	39 594	-1,3	-69,1
Previdência Social	-40 825	-49 856	-56 698	22,1	13,7
Banco Central	-752	-1 318	-115	75,2	-91,3
Resultado primário/PIB – %	1,8	1,4	-0,3	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Para efeito do cálculo do superávit primário, essa rubrica é considerada receita do Tesouro Nacional.

2/ (+) = *superavit*; (-) = *deficit*.

As receitas do Tesouro Nacional aumentaram 1,3% em 2014, atingindo R\$906,2 bilhões. Destacaram-se os crescimentos nas arrecadações do Imposto de Renda Retido na Fonte, em função do crescimento da massa salarial e dos recolhimentos sobre aplicações financeiras; e do IPI, associado à recomposição de alíquotas incidentes sobre móveis, linha branca e automóveis. Em sentido oposto, as receitas de concessões recuaram 64,1% no ano, em função de recolhimentos de R\$15 bilhões em 2013, referentes ao campo de Libra, sem correspondência em 2014.

#### Quadro 4.3 – Receita bruta do Tesouro Nacional

Discriminação	R\$ milhões				
	2012	2013	2014	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	802 831	894 674	906 159	11,4	1,3
Impostos e contribuições	677 171	753 642	771 679	11,3	2,4
Demais receitas	125 660	141 032	134 480	12,2	-4,6
Compensações financeiras <sup>1/</sup>	35 723	36 451	39 373	2,0	8,0
Diretamente arrecadadas	39 433	43 022	42 800	9,1	-0,5
Dividendos da União	28 019	17 142	18 940	-38,8	10,5
Concessões	2 237	22 073	7 921	886,6	-64,1
Cessão onerosa para exploração de petróleo	0	0	0	-	-
Outras	20 247	22 344	25 446	10,4	13,9

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Receitas sobre a produção de petróleo e gás natural.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$633,5 bilhões em 2014, elevando-se 14,6% em relação ao ano anterior. Os gastos com pessoal e encargos somaram R\$219,8 bilhões e os relacionados a custeio e capital, R\$411,1 bilhões, elevando-se 8,4% e 18,1%, respectivamente, no ano. Destacaram-se, nessa última rubrica, o crescimento das despesas referentes à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, em função da desoneração da folha de pagamentos (R\$9 bilhões); e os aumentos respectivos de 29,0% e de 21,7% nas despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As despesas com subsídios e subvenções econômicas recuaram 11,8%, o ano.

Os juros nominais, apropriados por competência, atingiram R\$311,4 bilhões em 2014 (5,48% do PIB). O aumento de 0,79 p.p. do PIB em relação a 2013 repercutiu, em especial, os impactos das elevações anuais na taxa Selic e na variação do IPCA, indexadores de parcelas significativas do endividamento líquido; e o resultado das operações de *swap* cambial.

O resultado nominal do setor público, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$343,9 bilhões em 2014 (6,05% do PIB), elevando-se 3,08 p.p. do PIB no ano. O financiamento desse déficit ocorreu mediante expansões da dívida mobiliária, do financiamento externo líquido e das demais fontes

de financiamento interno, que incluem a base monetária, neutralizadas, em parte, pela redução da dívida bancária líquida.

#### Quadro 4.4 – Despesas do Tesouro Nacional

R\$ milhões					
Discriminação	2012	2013	2014	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Despesas total	484 623	552 999	633 518	14,1	14,6
Pessoal e encargos sociais	186 097	202 744	219 834	8,9	8,4
Custeio e capital	296 208	348 144	411 117	17,5	18,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador	39 330	44 688	54 381	13,6	21,7
Subsídios e subvenções econômicas	11 272	10 212	8 985	-9,4	-12,0
Benefícios assistenciais (Loas/RMV)	29 543	33 944	38 558	14,9	13,6
Auxílio à CDE	0	7 868	9 208	-	17,0
Outras despesas de custeio e capital	216 063	251 432	299 986	16,4	19,3
Outras despesas de custeio	156 614	188 208	222 450	20,2	18,2
Investimento	59 449	63 224	77 536	6,4	22,6
Transferências do Tesouro ao Bacen	2 317	2 112	2 566	-8,8	21,5

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

#### Quadro 4.5 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2012		2013		2014	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	108 912	2,3	157 550	3,0	343 916	6,0
Primário	-104 951	-2,2	-91 306	-1,7	32 536	0,6
Juros internos	214 905	4,5	248 704	4,7	310 550	5,5
Juros reais	61 953	1,3	133 139	2,5	220 705	3,9
Atualização monetária	152 952	3,2	115 566	2,2	89 845	1,6
Juros externos	-1 042	-0,0	151	0,0	831	0,0
Fontes	108 912	2,3	157 550	3,0	343 916	6,0
Financiamento interno	131 463	2,7	179 126	3,4	334 882	5,9
Dívida mobiliária	311 402	6,5	113 800	2,1	434 291	7,6
Dívida bancária	-207 705	-4,3	45 736	0,9	-118 707	-2,1
Renegociações	-	-	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-	-	-
Demais	24 001	0,5	19 043	0,4	19 298	0,3
Relacionamento TN/Bacen	3 765	0,1	547	0,0	-	-
Financiamento externo	-22 551	-0,5	-21 577	-0,4	9 034	0,2
PIB em 12 meses <sup>1/</sup>	4 805 913		5 316 455		5 687 309	

1/ PIB a preços correntes.

## Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$2.183,6 bilhões (38,4% do PIB) ao final de 2014, ante R\$2.028,1 bilhões (38,1% do PIB) em dezembro de 2013. A elevação refletiu resgates líquidos de R\$80,1 bilhões; incorporação de juros de R\$234,1 bilhões; e o impacto de R\$1,5 bilhão decorrente da depreciação do real frente ao dólar.

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizaram R\$3.301 bilhões em dezembro de 2014, dos quais R\$1.117,4 bilhões em poder do Banco Central e R\$2.183,6 bilhões em poder do mercado.

### Quadro 4.6 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

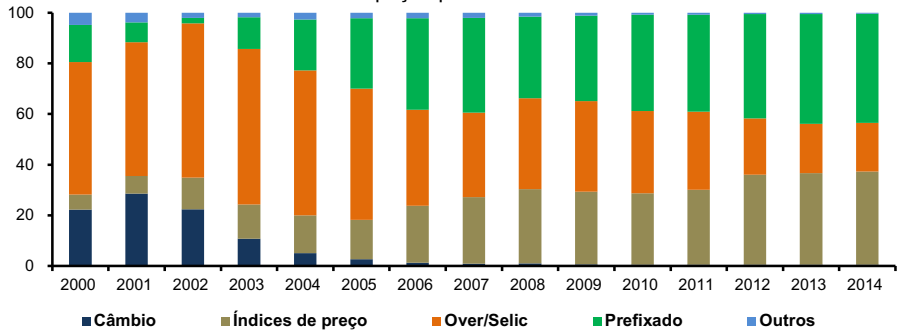
Saldos em R\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Responsabilidade do TN	1 759 134	2 036 230	2 307 143	2 534 897	2 823 336	2 986 224	3 301 051
Carteira do Bacen	494 311	637 815	703 203	751 837	906 627	958 098	1 117 440
LTN	131 149	132 191	112 341	148 877	262 538	325 004	406 237
LFT	187 346	242 856	271 074	226 960	187 753	175 065	166 878
NTN	175 817	262 768	319 788	376 000	456 336	458 030	544 325
Fora do Bacen	1 264 823	1 398 415	1 603 940	1 783 060	1 916 709	2 028 126	2 183 611
LTN	239 143	247 270	354 731	402 376	552 030	645 145	686 033
LFT	453 131	500 224	521 705	548 664	424 949	395 065	418 587
BTN	30	18	13	10	5	0	0
NTN	538 380	621 479	701 128	805 849	915 327	962 540	1 052 637
CTN/CFT-A/CFT-B/ CFT-C/CFT-D/CFT-E	14 306	12 851	13 141	12 435	12 725	14 595	16 437
Créditos securitizados	15 089	12 058	9 096	9 719	8 217	7 642	7 054
TDA	4 743	4 516	4 125	4 008	3 456	3 140	2 862
Em % do PIB	40,7	42,0	41,3	40,8	39,9	38,1	38,4

Relativamente à evolução da composição da dívida por indexador, a parcela dos títulos prefixados reduziu-se de 43,3% do total, em 2013, para 43,1%, em 2014; a dos títulos atrelados à taxa Selic recuou de 19,5% para 19,2%; a das parcelas dos títulos vinculados à taxa de câmbio e a indexada à Taxa Referencial (TR) permaneceram estáveis em 0,6% e 0,5%, respectivamente; e a dos títulos atrelados a índices de preços elevou-se de 36,1% para 36,7%.

As operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais registraram resgates líquidos de R\$136,3 bilhões em 2014, resultado de resgates de R\$617,9 bilhões e colocações de R\$481,6 bilhões. As operações de trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, somaram R\$25,5 bilhões, com resgates antecipados de R\$4,7 bilhões.

Gráfico 4.2  
Títulos públicos federais  
Participação por indexador



#### Quadro 4.7 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total – R\$ milhões	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940	1 783 061	1 916 709	2 028 126	2 183 611
Câmbio	0,9	1,1	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
TR	2,1	1,6	1,2	0,8	0,8	0,6	0,5	0,5
IGP-M	5,8	5,1	4,6	4,5	4,0	4,0	4,0	3,9
Over/Selic	33,4	35,8	35,8	32,5	30,8	22,2	19,5	19,2
Prefixado	37,3	32,2	33,7	37,9	38,3	41,2	43,3	43,1
IGP-DI	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	19,8	23,6	23,6	23,3	25,4	31,4	32,0	32,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O saldo médio diário das operações compromissadas realizadas pelo Banco Central no mercado aberto atingiu R\$858,1 bilhões em dezembro de 2014, elevando-se 48,5% em relação a igual período de 2013. A representatividade das operações de duas semanas a três meses aumentou de 52,0%, em 2013, para 65,0%, em 2014; e das operações com prazo superior a três meses recuou de 34,0% para 20,0%; e a das operações de curtíssimo prazo passou de 14,0% para 15,0%. As operações compromissadas registraram vendas líquidas de títulos de R\$201,7 bilhões e incorporação de juros de R\$81,3 bilhões, no ano.

A exposição total líquida nas operações de *swap* cambial somou R\$285 bilhões em dezembro de 2014. O resultado dessas operações no ano (diferença entre a rentabilidade do DI e a variação cambial mais cupom) foi desfavorável ao Banco Central em R\$17,3 bilhões, no conceito caixa, valor contemplado na apuração das necessidades de financiamento do setor público.

O cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto operações compromissadas, referente a dezembro de 2014, apresentava vencimentos de 21,5% da dívida mobiliária em 2015; de 15,1%, em 2016; e de 63,4% a partir de janeiro de 2017. O prazo médio de vencimento da dívida atingiu 48,7 meses em dezembro.

Gráfico 4.3  
**Posição líquida de financiamento dos títulos  
 públicos federais – Média diária**

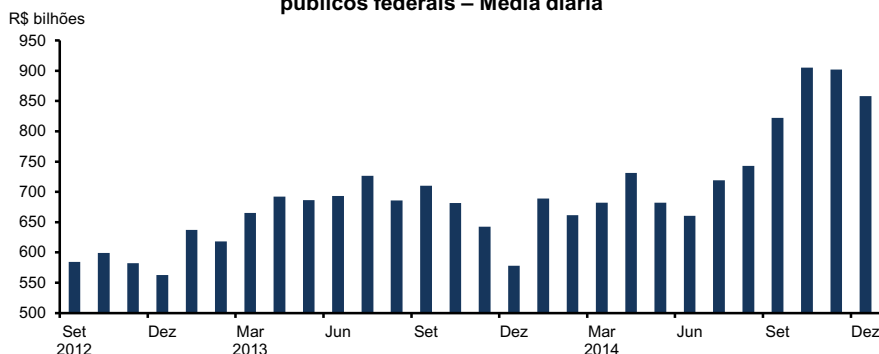
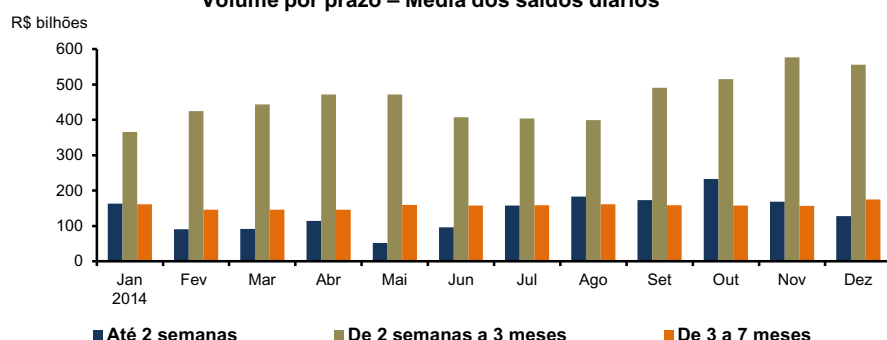


Gráfico 4.4  
**Operações compromissadas do Banco Central –  
 Volume por prazo – Média dos saldos diários**



## Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$1.883,1 bilhões em dezembro de 2014 (33,1% do PIB), elevando-se 2,5 p.p. do PIB no ano. A elevação da relação DLSP/PIB refletiu as contribuições do *superavit* primário (0,6 p.p.), da apropriação de juros nominais (5,5 p.p.), do ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida (0,2 p.p.), da depreciação cambial de 13,4% no período (-1,7 p.p.), do crescimento do PIB corrente (-2,0 p.p.) e do reconhecimento de ativos (-0,1 p.p.).

Destacaram-se, relativamente à composição da DLSP em 2014, a elevação das parcelas vinculadas à taxa Selic e a índices de preços, e a redução da parcela credora vinculada ao câmbio e da vinculada à TR.

A Dívida Bruta do Governo Geral (Governo Federal, INSS, governos estaduais e governos municipais) totalizou R\$3.252,4 bilhões (57,2% do PIB) em dezembro de 2014. O aumento de 5,5 p.p. do PIB observado no ano refletiu, em especial, as contribuições dos juros nominais apropriados sobre os passivos (5,5 p.p.), das emissões líquidas (3,0 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-3,4 p.p.).



#### Quadro 4.8 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2013		2014	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 626 335	30,6	1 883 147	33,1
Dívida líquida – Variação acumulada no ano	76 252	-1,7	256 812	2,5
Fatores condicionantes (fluxos acum. ano) <sup>1/</sup>	76 252	1,4	256 812	4,5
Necessidade de financiamento do setor público	157 550	3,0	343 916	6,0
Primário	-91 306	-1,7	32 536	0,6
Juros nominais	248 856	4,7	311 380	5,5
Ajuste cambial <sup>2/</sup>	-95 923	-1,8	-96 075	-1,7
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	-4 643	-0,1	-2 835	-0,0
Dívida externa	-91 280	-1,7	-93 239	-1,6
Dívida externa – Outros ajustes <sup>3/</sup>	17 600	0,3	12 481	0,2
Reconhecimento de dívidas	-2 427	-0,0	-3 511	-0,1
Privatizações	-547	-0,0	0	0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida <sup>4/</sup>		-3,1		-2,0
PIB em R\$ milhões	5 316 455		5 687 309	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula:  
 $(\sum \text{Fatores Condicionantes} / \text{PIB}_{12 \text{ Meses Valorizado}}) * 100$ . Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula:  
 $Dt-1 / (\text{PIB}_{\text{Mês Atual}} / \text{PIB}_{\text{Mês Base}}) - Dt-1$ .

#### Quadro 4.9 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2012		2013		2014	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	1 441 143	30,0	1 598 692	30,1	1 942 608	34,2
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	111 521	2,3	106 878	2,0	104 042	1,8
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	1 552 663	32,3	1 705 570	32,1	2 046 651	36,0
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	-33 294	-0,7	-106 975	-2,0	-187 733	-3,3
Ajuste patrimonial (C)	106 190	2,2	103 763	2,0	100 252	1,8
Ajuste de privatização (B)	-75 476	-1,6	-76 024	-1,4	-76 024	-1,3
Dívida líquida total (A)	1 550 083	32,3	1 626 335	30,6	1 883 147	33,1
Governo federal	1 061 858	22,1	1 090 393	20,5	1 272 707	22,4
Banco Central do Brasil	-59 653	-1,2	-65 035	-1,2	-72 028	-1,3
Governos estaduais	441 100	9,2	483 257	9,1	551 199	9,7
Governos municipais	78 323	1,6	86 536	1,6	91 866	1,6
Empresas estatais	28 456	0,6	31 183	0,6	39 402	0,7
Dívida interna líquida	2 169 502	45,1	2 341 011	44,0	2 669 547	46,9
Governo federal	975 343	20,3	1 000 843	18,8	1 166 120	20,5
Banco Central do Brasil	693 505	14,4	804 454	15,1	909 952	16,0
Governos estaduais	404 953	8,4	430 635	8,1	477 025	8,4
Governos municipais	72 881	1,5	79 558	1,5	83 711	1,5
Empresas estatais	22 821	0,5	25 521	0,5	32 739	0,6
Dívida externa líquida	-619 419	-12,9	-714 676	-13,4	-786 400	-13,8
Governo federal	86 515	1,8	89 550	1,7	106 587	1,9
Banco Central do Brasil	-753 158	-15,7	-869 490	-16,4	-981 979	-17,3
Governos estaduais	36 147	0,8	52 623	1,0	74 174	1,3
Governos municipais	5 442	0,1	6 978	0,1	8 156	0,1
Empresas estatais	5 635	0,1	5 663	0,1	6 663	0,1
PIB em R\$ milhões	4 805 913		5 316 455		5 687 309	

#### Quadro 4.10 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral<sup>1/</sup>

Discriminação	2012		2013		2014	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida Líquida do Setor Público (A=B+K+L)	1 550 083	32,3	1 626 335	30,6	1 883 147	33,1
Dívida líquida do governo geral (B=C+F+I+J)	1 581 281	32,9	1 660 187	31,2	1 915 773	33,7
Dívida bruta do governo geral (C=D+E)	2 583 946	53,8	2 747 997	51,7	3 252 449	57,2
Dívida interna (D)	2 460 506	51,2	2 603 992	49,0	3 068 822	54,0
Dívida externa (E)	129 060	2,7	149 659	2,8	189 294	3,3
Governo federal	87 471	1,8	90 058	1,7	106 965	1,9
Governos estaduais	36 147	0,8	52 623	1,0	74 174	1,3
Governos municipais	5 442	0,1	6 978	0,1	8 156	0,1
Créditos do governo geral (F=G+H)	-1 395 198	-29,0	-1 512 226	-28,4	-1 579 880	-27,8
Créditos internos (G)	-1 394 242	-29,0	-1 511 717	-28,4	-1 579 502	-27,8
Disponibilidades do Governo						
Geral	-683 387	-14,2	-727 586	-13,7	-674 269	-11,9
Aplic. da Previdência Social	-448	-0,0	-206	-0,0	-216	-0,0
Arrecadação a recolher	-2 612	-0,1	-3 802	-0,1	-2 384	-0,0
Depósitos a vista (inclui agências descentralizada)	-9 664	-0,2	-8 145	-0,2	-10 869	-0,2
Disponib. do gov. federal no Bacen	-620 401	-12,9	-655 965	-12,3	-605 921	-10,7
Aplicações na rede bancária (estadual)	-50 262	-1,0	-59 468	-1,1	-54 880	-1,0
Créditos concedidos a inst. financeiras						
Oficiais	-406 933	-8,5	-466 925	-8,8	-545 610	-9,6
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-35 260	-0,7	-53 912	-1,0	-57 748	-1,0
Créditos junto ao BNDES	-371 673	-7,7	-413 012	-7,8	-487 862	-8,6
Aplicações de fundos e programas	-113 313	-2,4	-116 190	-2,2	-136 312	-2,4
Créditos junto às estatais	-9 927	-0,2	-8 121	-0,2	-7 454	-0,1
Demais créditos do governo						
federal	-9 728	-0,2	-9 230	-0,2	-13 679	-0,2
Recursos do FAT na rede bancária	-170 954	-3,6	-183 665	-3,5	-202 178	-3,6
Créditos externos (H)	-957	-0,0	-508	-0,0	-377	-0,0
Governo federal	-957	-0,0	-508	-0,0	-377	-0,0
Governos estaduais	-	-	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-	-	-
Títulos livres na carteira do Bacen (I)	382 632	8,0	429 365	8,1	308 378	5,4
Equalização Cambial (J)	9 901	0,2	-4 949	-0,1	-65 173	-1,1
Dívida líquida do Banco Central (K)	-59 653	-1,2	-65 035	-1,2	-72 028	-1,3
Dívida líquida das empresas estatais (L)	28 456	0,6	31 183	0,6	39 402	0,7
PIB em R\$ milhões	4 805 913		5 316 455		5 687 309	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Banco Central.

## Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação de tributos e contribuições federais, inclusive do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), atingiu R\$1.187,9 bilhões em 2014, recuo anual real de 1,8%, considerado o IPCA como deflator. Esse desempenho foi influenciado pela desaceleração da atividade econômica e pelas desonerações de impostos e contribuições de setores específicos da economia, cujo impacto foi estimado pela Receita Federal em R\$104 bilhões, ante R\$78,6 bilhões em 2013.

O impacto da desaceleração da produção industrial e da atividade varejista sobre a lucratividade das empresas afetou negativamente as arrecadações do Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Esse movimento foi influenciado, adicionalmente, pela arrecadação extraordinária – sem correspondência em 2014 – do PIS/Cofins (R\$1 bilhão) e do IRPJ/CSLL (R\$3 bilhões), em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária, respectivamente.

Ressalte-se que a evolução da arrecadação do IPI repercutiu, em especial, a recomposição gradual das alíquotas. A arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte também cresceu, em decorrência da elevação da massa salarial e do crescimento na arrecadação do Imposto de Renda incidente sobre fundos de renda fixa, em razão, principalmente, do aumento na taxa de juros.

### Quadro 4.11 – Arrecadação bruta de receitas federais

Discriminação	2012	2013	2014	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	264 146	292 810	309 188	10,9	5,6
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	45 927	47 101	51 623	2,6	9,6
Imposto sobre a Importação (II)	31 111	37 197	36 839	19,6	-1,0
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	30 772	29 415	29 788	-4,4	1,3
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social (Cofins)	174 470	201 527	194 951	15,5	-3,3
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	57 514	65 732	66 113	14,3	0,6
Contribuição para o PIS/Pasep	46 217	51 899	51 916	12,3	0,0
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira (CPMF)	55	0	0	-100,0	-
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico (Cide)	2 736	35	14	-98,7	-60,5
Outros tributos	73 990	80 675	89 664	9,0	11,1
Subtotal	726 939	806 389	830 097	10,9	2,9
Receita previdenciária	302 321	331 937	357 851	9,8	7,8
<b>Total</b>	<b>1 029 260</b>	<b>1 138 326</b>	<b>1 187 948</b>	<b>10,6</b>	<b>4,4</b>

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

#### Quadro 4.12 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R\$ milhões

Discriminação	2012 (a)	2013 (b)	2014 (c)	Variação %	
				(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	264 146	292 810	309 188	10,9	5,6
Pessoas físicas	24 310	26 452	27 804	8,8	5,1
Pessoas jurídicas	108 840	126 149	125 935	15,9	-0,2
Entidades financeiras	20 135	21 894	19 220	8,7	-12,2
Demais empresas	88 705	104 254	106 715	17,5	2,4
Retido na fonte	130 997	140 209	155 450	7,0	10,9
Rendimentos do trabalho	75 106	79 004	86 892	5,2	10,0
Rendimentos do capital	32 980	34 284	39 839	4,0	16,2
Remessas para o exterior	14 743	16 971	18 651	15,1	9,9
Outros rendimentos	8 168	9 949	10 069	21,8	1,2
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	45 927	47 101	51 623	2,6	9,6
Fumo	4 077	5 097	5 654	25,0	10,9
Bebidas	3 147	3 427	3 343	8,9	-2,5
Automóveis	4 126	3 505	4 562	-15,1	30,2
Vinculado à importação	15 965	15 210	15 187	-4,7	-0,2
Outros	18 612	19 862	22 877	6,7	15,2

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

## Regime Geral da Previdência Social

O RGPS registrou *deficit* de R\$56,7 bilhões (1,0% do PIB) em 2014, ante R\$49,9 bilhões (0,94% do PIB) em 2013. As receitas somaram R\$337,5 bilhões, elevando-se 9,9% no período, resultado associado, em parte, ao crescimento da massa salarial. Ressalte-se que o impacto das desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos

#### Quadro 4.13 – Resultado da Previdência Social

R\$ milhões

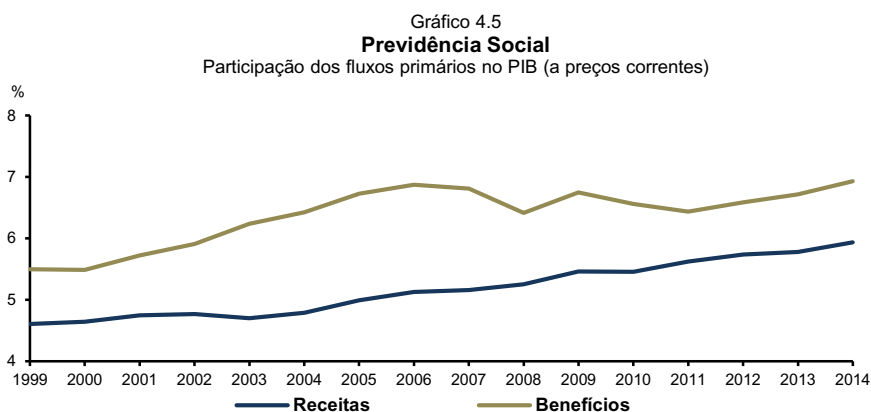
Discriminação	2012 (a)	2013 (b)	2014 (c)	Variação %	
				(b)/(a)	(c)/(b)
Arrecadação líquida	275 765	307 147	337 503	11,4	9,9
Arrecadação bruta	305 891	341 837	375 815	11,8	9,9
Contribuição previdenciária	274 348	299 916	319 275	9,3	6,5
Compensação RGPS <sup>1/</sup>	0	9 020	18 052	-	100,1
Outras receitas	31 543	32 901	38 488	4,3	17,0
Restituição (-)	1010	1833	1798	81,4	-1,9
Transferências a terceiros (-)	29 116	32 857	36 514	12,8	11,1
Benefícios previdenciários	316 590	357 003	394 201	12,8	10,4
Resultado primário	-40 825	-49 856	-56 698	22,1	13,7

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

<sup>1/</sup> Compensação do Tesouro Nacional por perda de arrecadação previdenciária devido desoneração da folha de pagamentos.

foi neutralizado por transferências do Tesouro Nacional ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2/2013.

As despesas com pagamento de benefícios atingiram R\$394,2 bilhões. O aumento anual de 10,4% refletiu, fundamentalmente, as elevações no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência (6,6%), em decorrência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; na quantidade média mensal de benefícios pagos (3,3%); e no pagamento de precatórios e sentenças judiciais (27,0%).



## Finanças estaduais e municipais

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) somou R\$388,7 bilhões em 2014, elevando-se 5,2% em relação a 2013. Os aumentos mais

### Quadro 4.14 – Arrecadação do ICMS

Discriminação	R\$ milhões				
	2012	2013	2014	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	109 104	121 912	122 836	11,7	0,8
Rio de Janeiro	27 773	31 646	31 887	13,9	0,8
Minas Gerais	32 100	35 953	38 288	12,0	6,5
Rio Grande do Sul	21 378	24 061	25 854	12,5	7,5
Paraná	17 860	20 758	22 816	16,2	9,9
Bahia	14 443	16 832	18 117	16,5	7,6
Santa Catarina	12 719	14 011	15 770	10,2	12,6
Goiás	11 369	12 138	13 253	6,8	9,2
Pernambuco	10 602	11 709	12 660	10,4	8,1
Espírito Santo	9 222	8 787	9 026	-4,7	2,7
Demais estados	63 604	71 501	78 168	12,4	9,3
<b>Total</b>	<b>330 175</b>	<b>369 306</b>	<b>388 673</b>	<b>11,9</b>	<b>5,2</b>

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

expressivos ocorreram em Santa Catarina (12,6%), Goiás (9,2%) e Pernambuco (8,1%). A arrecadação em São Paulo, representando 31,6% do total, cresceu 0,8% no ano.

As transferências constitucionais da União para os estados e municípios aumentaram 10,6%, para R\$210,2 bilhões, em 2014. Destacaram-se as elevações nos repasses de recursos efetuados com base na Contribuição do Salário Educação, 19,4%; e destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), 17,1%.

#### Quadro 4.15 – Transferências da União para os estados e municípios

R\$ milhões

Discriminação	2012	2013	2014	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Fundos de Participação e IPI-exportação	133 912	143 921	156 823	7,5	9,0
Fundo de Comp. das Exportações (LC nº 87/1996)	1 950	1 950	3 900	0,0	100,0
Transferências da Cide	1 118	57	116	-94,9	102,4
Demais	44 397	44 058	49 326	-0,8	12,0
Auxílio financeiro aos estados e municípios	1 950	1 500	1 500	-23,1	0,0
ITR/IOF	499	544	697	9,0	28,1
Royalties (Lei nº 9.478/1997)	22 615	23 441	25 151	3,7	7,3
Salário-educação	8 788	9 044	10 801	2,9	19,4
Fundeb	10 372	9 272	10 860	-10,6	17,1
Outras	173	256	317	48,2	23,7
<b>Total</b>	<b>181 377</b>	<b>189 986</b>	<b>210 165</b>	<b>4,7</b>	<b>10,6</b>

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional